

MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

IFIN

**MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**

CNPJ/MF Nº 40.728.409/0001-43

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA Período findo em 31 de dezembro de 2022

Contexto Econômico

O cenário de transição política e econômica após as eleições presidenciais gerou volatilidade nos mercados. O país enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade econômica, incluindo a alta inflação e a pressão inflacionária em vários setores da economia. A equipe econômica deverá adotar medidas para controlar os gastos públicos, buscar uma política fiscal mais austera e promover reformas estruturais, tais como a reforma tributária e a reforma administrativa.

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com um aumento no nível de atividade econômica e a geração de novos empregos. O setor de serviços tem liderado o processo de retomada, seguido pela indústria e o comércio.

Um fator importante que pode impulsionar a economia brasileira em 2022 é a retomada dos investimentos, tanto domésticos quanto estrangeiros. O Brasil tem apresentado um ambiente de negócios mais favorável, com a aprovação de reformas e medidas de estímulo ao empreendedorismo. O governo tem promovido leilões de concessão de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e aeroportos, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade macroeconômica e atrair investimentos estrangeiros. Além das questões mencionadas anteriormente, o país enfrenta um cenário político complexo, com incertezas em relação à continuidade das reformas e ao compromisso com a responsabilidade fiscal. Diante desse contexto, é fundamental que as empresas de investimento em participações acionárias adotem uma postura cautelosa e diversifiquem suas carteiras de investimentos, buscando oportunidades em setores resilientes e com perspectivas de crescimento a longo prazo.

O mercado de crédito privado no Brasil tem apresentado uma maior abertura e oferta de crédito, principalmente para pequenas e médias empresas. Com a queda da taxa Selic para patamares historicamente baixos, a busca por rentabilidade tem levado investidores institucionais a buscar alternativas de investimento no mercado de crédito privado. Além disso, a regulamentação do mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) tem ajudado a impulsionar o mercado de crédito privado no país, oferecendo mais transparência e segurança jurídica para os investidores.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do BCB apresenta aumento de 2,90% no acumulado dos últimos 12 meses, até 31 de dezembro de 2022. Evidenciando a grande capacidade de adaptação e superação de questões macroeconômicas dos agentes econômicos.

Contexto Operacional

A Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros foi criada com o propósito específico de emissão de debêntures. No dia 11 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia (“Emissão”), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, sendo 1 (uma) série para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e 1 (uma) série para colocação privada, no montante total de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), representadas em 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures emitidas e integralizadas, e a 2 (segunda) série representada por 2.500 (duas mil e quinhentas) debêntures emitidas e totalmente integralizadas.

No período entre a emissão das debêntures e a presente data-base, a Companhia registrou os efeitos de pagamentos aos fornecedores para formalização da operação firmada e contabilização da mensuração das debêntures e sua atualização em linha com a estrutura financeira desenhada para a operação, bem como o reflexo do ajuste a valor justo dos investimentos registrados no ativo da Companhia.

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes

A partir do exercício 2022, em decorrência de aspectos exclusivamente comerciais, a BLB BRASIL Auditores Independentes que vinha prestando os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras desde o exercício 2017 foi substituída pela **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.**, que, em consequência, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia.

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Os elementos acima descritos permitem à Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o período de 25 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 23 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e 5, as operações da Companhia envolvem partes relacionadas. Desta forma, o resultado auferido no período poderia ser diferente daquele que seria obtido caso fossem realizadas entre partes não relacionadas, ou independentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Ativo	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		994
Outros créditos - diversos	4	994
Total do ativo		994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Patrimônio líquido	Nota Explicativa	2022
Patrimônio Líquido		994
Capital social	7.1	1.000
Prejuízo do exercício		(6)
Total do passivo e do patrimônio líquido		994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração do resultado

Período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas		(6)
Total de (despesas) receitas operacionais		(6)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(6)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(6)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-
Prejuízo do período		(6)
Quantidade de ações	8	1.000
Prejuízo por ação		(0,006)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

Demonstração do resultado abrangente

Período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Prejuízo líquido do exercício	(6)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(6)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital social em 25 de fevereiro de 2022	1.000	-	1.000
Resultado do exercício	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.000</u>	<u>(6)</u>	<u>994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado líquido do período	<u>(6)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:	(994)
Outros ativos	(994)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(1.000)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Capital Integralizado no período	1.000
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>1.000</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	
<u><u>(0)</u></u>	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	0
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	
<u><u>-</u></u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

Demonstração do valor adicionado

Período de 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Insumos adquiridos de terceiros	(6)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6)
Valor adicionado bruto	(6)
Valor adicionado líquido produzido	(6)
Valor adicionado a distribuir	(6)
Distribuição do valor adicionado	
Resultado retido	(6)
Valor adicionado distribuído	(6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 25 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022._____

(Valores expressos em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A MUTUAL CRÉDITOS SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 25 de fevereiro de 2022, sendo uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente ao Grupo VIRGO, e certas operações podem ter a coparticipação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado.

O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

No âmbito de seu objeto social, a Companhia realizou em 19 de julho de 2022 a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, em duas séries, sendo uma para distribuição pública e outra para distribuição privada, cujo valor total será de R\$ 25.000.

Os recursos obtidos pela emissão serão direcionados exclusivamente e em regime fiduciário para a aquisição de direitos creditórios provenientes de operações de empréstimos concedidos a pessoas físicas ou jurídicas para aquisição de painéis solares, formalizados por meio de Cédulas de Crédito Bancário – CCB, as quais constituem garantia real em favor dos debenturistas.

Em função do regime fiduciário da emissão e da vinculação dos ativos adquiridos e que constituem garantia real em favor dos debenturistas, a Companhia apresenta as demonstrações financeiras apartadas do patrimônio dela, na forma de patrimônio separado, à luz da Resolução CVM 60 de 23 de dezembro de 2021.

No período das demonstrações financeiras, a Companhia incorreu apenas em custos de tarifas bancárias.

2 Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

2.2.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e sua emissão foi autorizada em 31 de março de 2023.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

No período correspondente às demonstrações financeiras não há provisões para contingências ou ativos contingentes a serem reconhecidos.

Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- a.** Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b.** Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c.** Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.3.2 Passivo Financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;

- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.4 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas, quando auferidas, e as despesas, quando incorridas, são reconhecidas pelo regime de competência.

3.5 Imposto de renda e contribuição social correntes diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.6 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.8 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Outros créditos - diversos

Refere-se à antecipação dos custos realizada pela Companhia inerente à emissão das operações de securitização que será compensada posteriormente pelos patrimônios fiduciários:

Descrição	31/12/2022
Valores a receber	994
Total	<u>994</u>

5 Partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal-chave da administração, além destes na pessoa física.

No período de 25 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 a companhia não operou com partes relacionadas.

As receitas de gestão do patrimônio separado são pagas pelo patrimônio separado diretamente à Virgo Companhia de Securitização, empresa coligada, conforme previsto no contrato de cessão de créditos e escritura de debêntures, e totalizaram R\$ 95 no período findo em 31 de dezembro de 2022.

As despesas incorridas na operação de securitização são suportadas pelo patrimônio separado na operação de securitização dos recebíveis financeiros e debêntures emitidas, conforme descrito na nota 1, em regime fiduciário.

6 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso do período de 25 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.000, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.2 Reserva Legal (~~EQUIPARAR AS DEMAIS EMPRESA DO GRUPO~~)

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

No exercício não foi constituída reserva legal, em função de não ter sido auferido lucro.

7.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício/período, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve resultado que permitisse a destinação de lucros.

7.4 Resultado por ação

O resultado do período, um prejuízo de R\$ 6, dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 1.000, representou um resultado negativo de R\$ 0,00640 por ação.

8 Informações sobre a emissão de debêntures em regime fiduciário.

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM Nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações financeiras das emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos como as debêntures, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 9.514/97 e artigo 25-A da ICVM nº 480/2008 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia não apresenta nas suas notas explicativas, as Informações Contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquelas datas.

Na data do balanço, a Companhia possuía uma emissão de debêntures com as seguintes características:

Primeira emissão privada de debêntures quirográficas, em duas séries, Sênior e Júnior, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples”, firmado em 11/07/2022, cujo montante total será de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo R\$ 22.500.000 em debêntures da primeira série (Seniores) com prazo de amortização ordinária com início em 05/08/2023 até 07/07/2029, e R\$ 2.500.000 em debêntures da segunda série (Juniors) com prazo de amortização ordinária até 07/07/2032, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais).

Sobre o valor nominal das debêntures emitidas incidem somente juros remuneratórios de 19,5% a.a..

O montante subscrito atualizado até a data do balanço totalizou R\$ 1.813.636, e somente em debêntures da segunda série.

9 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

10 Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1^a) prospecção de negócios; (2^a) análise da proposta; (3^a) avaliação dos riscos operacionais; (4^a) negociação das condições comerciais; (5^a) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6^a) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- a) **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado.

- b) **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores.
- c) **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes.
- d) **Pré-pagamentos** - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas.
- e) **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

11 Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), decidiu pela constitucionalidade da cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação a todos os contribuintes pessoa jurídica, fato que já havia sido apreciado e julgado como contribuição devida desde o ano de 2007.

Sobre este assunto, a Administração declara não haver impacto sobre as demonstrações financeiras no presente e no futuro, uma vez que sempre apropriou e recolheu a referida contribuição, além do que teve início de suas atividades em 25 de fevereiro de 2022 e desde então não possui questionamentos judiciais.



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Revisamos o presente relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

SÃO PAULO, 31 DE MARÇO DE 2023

Daniel Magalhães

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes

DIRETOR



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados da revisão, concordamos com as conclusões expressas no relatório elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sem que exista qualquer discordância quanto a essas conclusões.

SÃO PAULO, 31 DE MARÇO DE 2023

Daniel Magalhães

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes

DIRETOR